

EFEITOS DE DIVERSIDADE NA PARENTALIDADE: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA #TRANSPARENTALIDADE NO INSTAGRAM

Aline Fernandes de Azevedo Bocchi¹
Rita Gabriela Moreira Gomes²

Resumo: Este trabalho apresenta um debate sobre o tema da transparentalidade, o qual envolve sujeitos que se produzem como efeito dos discursos da maternidade, da paternidade e da família, em condições de produção nas quais corpos cujos processos de significação divergem de discursividades cis e heteronormativas. O *corpus* analítico foi montado com recortes de postagens publicadas no Instagram e marcadas pela #transparentalidade. As análises foram realizadas tendo em vista os fundamentos teóricos da Análise de Discurso e da Psicanálise, para a compreensão dos processos de significação das postagens, referidas às condições de produção. Nas análises, discutimos os deslizamentos de sentidos produzidos pela paráfrase “família *transdictional* brasileira”, bem como a emergência de corpos políticos que demandam representatividade e direitos.

Palavras-chave: Transparentalidade. Parentalidade. Família. Hashtag. Escrita no digital.

DIVERSITY EFFECTS ON PARENTALITY: A DISCURSIVE ANALYSIS OF #TRANSPARENTALITY IN INSTAGRAM

Abstract: This work presents a debate on the theme of transparency, which involves subjects that are produced as an effect of the discourses of motherhood, fatherhood and the family, under production conditions in which bodies whose signification processes diverge from cis and heteronormative discursivities. The analytical corpus was assembled with clippings of posts published on Instagram and marked by #transparency. The analyses were carried out in view of the theoretical foundations of Discourse Analysis and Psychoanalysis, for the understanding of the processes of signification of the posts, referred to production conditions. In the analyses, we discuss the slips of meanings produced by the paraphrase “Brazilian *transdictional* family”, as well as the emergence of political bodies that demand representativeness and rights.

Keywords: Transparency. Parenting. Family. Hashtag. Digital writing.

¹ Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Franca.

² Universidade de Franca.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir o tema da parentalidade, particularmente da transparentalidade, a partir dos fundamentos teóricos da Análise de Discurso e da Psicanálise. Esse tema, segundo Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020a) abrange a produção de discursos acerca dos sujeitos que se incumbem da tarefa intangível e imponderável da criação das crianças. Face aos discursos universalizantes que dispõem sentidos estabilizados acerca da maternidade, da paternidade e da família, permeados de efeitos imaginários que remetem à constituição histórica da família nuclear burguesa, cuja ascendência se acompanhou de intensa moralidade em relação aos papéis dos pais e, principalmente, da mãe, consideramos que os novos arranjos familiares demandam novos olhares para as relações parentais e para o próprio conceito de família. Nesta direção, a Psicanálise contribui com saberes e dizeres sobre o exercício das funções parentais, entendidas por seu caráter estrutural, “procurando entender a constituição do sujeito na família e para além do universo pai-mãe-bebê” (TEPERMAN, GARRAFA; IACONELLI, 2020a, p. 8).

Em nossa atualidade, famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisnormativo/heterossexual, mães e pais adotantes e suas crianças adotadas ou mesmo famílias que resultam de reprodução assistida exigem uma escuta alinhada com as questões da nossa época e nos fazem questionar um modelo ideológico da parentalidade absolutamente excludente. Tendo isso em vista, nossa proposta consiste em interrogar como os discursos da transparentalidade colocam em jogo a resignificação do conceito de família. Para estabelecer essa discussão, construímos um *corpus* analítico composto de recortes de postagens marcadas pela #transparentalidade; a partir dele, investigamos as significações colocadas em jogo

pela referida *hashtag*, interrogando os processos discursivos constitutivos de sentidos para a família, a maternidade e a paternidade em nossa formação social.

Nosso objetivo principal é, portanto, compreender os processos de significação para a #transparentalidade, implicados em modos de formulação, constituição e circulação de sentidos, consoante Orlandi (2001). Pretendemos, também, problematizar as condições de produção da #transparentalidade, além de discutir o acontecimento da transparentalidade, como atualização de uma memória denegada, silenciada por processos de exclusão de corpos que não se adequam à norma da cisgeneridade. Segundo Bocchi (2017a), a cisgeneridade marginaliza expressões de gêneros trans ao supor uma normalidade dos corpos cis, normalidade sustentada por uma interpretação biologista do gênero imposta pela ordem do discurso médico. Nossas análises indiciam que os corpos trans irrompem como uma transgressão a essa suposta normalidade, constituindo um acontecimento, uma vez que incorrem em efeitos de deslizamento de sentidos estabilizados.

Nosso lugar teórico é o da Análise de Discurso, compreendida como disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996) que se estrutura entre a linguística e as ciências das formações sociais, atravessada por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. Com ela, questionamos a negação da historicidade inscrita na linguagem por meio de um trabalho sobre as determinações histórico-sociais dos processos de produção de sentidos. Segundo Leandro-Ferreira (2020, p. 24), “isso implica o reconhecimento de que há uma historicidade inscrita na linguagem que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção”. Para a autora, a Análise de Discurso coloca em questão a evidência do sentido

único, estável e soberano. “Desconfia do óbvio e vai ao encontro da opacidade do texto, na escuta do dito e do não-dito, dos sentidos que aparentemente faltam e dos que se mostram saturados, em excesso, e que acabam por produzir equívoco, o sentido-outro e o desconforto do sujeito” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 24).

O material mobilizado, interseccionado por diferentes materialidades significantes - a imagem, o verbal, o corpo, a tecnologia - demanda nossa atenção na construção do dispositivo teórico-analítico; devemos estar atentos às marcas significantes consideradas relevantes, as quais pautam os recortes que compõem o *corpus* de pesquisa. Compreendido consoante Orlandi (1984), que diferencia recortar de segmentar, o recorte é uma unidade marcada pela incompletude. Para Lagazzi (2007, p. 1), “o gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”; trata-se de um trabalho que perscruta o acontecimento do significante em um sujeito afetado pela história (ORLANDI, 2001). No batimento entre estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1990 [1981]), lançamo-nos à “escuta” de postagens agrupadas pela *hashtag* *transparentalidade*, tateando neste material heterogêneo uma regularidade da qual partiremos.

Identificamos o significante “família” como ponto de ancoragem de nossos recortes, justamente porque ele constitui uma marca relevante do acontecimento da *transparentalidade*; ele condensa a atualização de uma memória em sentidos que se deslocam. Vale ressaltar que esse gesto teórico-metodológico não se encontra apartado das distintas estruturas materiais que compõem o objeto simbólico estudado. Na composição material comparecem marcas outras que simbolizam a “família” – as imagens, os corpos e os dizeres constitutivos das postagens estabelecem relações

particulares para com esse significante. Importante destacar, conforme Lagazzi (2007), que não se trata de uma relação de complementariedade entre essas distintas materialidades; ao propor a noção de “imbricação material”, a autora enfatiza que, na remissão de uma materialidade a outra, funciona a contradição, a incompletude, a não-saturação nos processos de significação.

Apresentamos, neste artigo, análises de dois recortes que compõem o *corpus* construído para o estudo, recortes de postagens nas quais é possível verificar a produção de efeitos de sentidos para família. Esses *posts* se articulam “às formas pelas quais os sujeitos se posicionam politicamente e implicam, portanto, diferentes gestos de autoria” (BOCCHI, 2017b, p. 120). Eles se encontram marcados pela *#transparentalidade* e são, no gesto de análise empreendido, remetidos às condições de produção, que incluem reflexões sobre a conjuntura sócio histórica mais ampla, da qual destacam-se o movimento transfeminista, no campo do ativismo político e da epistemologia feministas, e a entrada em cena do conceito de parentalidade, no campo da clínica psicanalítica, que surge para entender, também, as experiências parentais de pessoas transgênero e não binárias.

Abarcamos, ainda, o funcionamento da *hashtag* em uma reflexão sobre a escrita no digital, tendo em vista que o modo de circulação dos sentidos, possibilitado pela tecnologia, é parte das condições de produção, segundo Dias (2018). As análises evidenciam deslocamentos nos sentidos de família, constitutivos do acontecimento da *transparentalidade*, acontecimento que torna visível a reivindicação de direitos para os corpos trans fora do campo semântico do que é significado, no imaginário social, nas figuras tradicionais do pai e da mãe.

Condições de produção: a conjuntura dos movimentos transfeministas

No campo teórico da Análise de Discurso, consideramos que as condições de produção mantêm com a linguagem uma relação necessária. Elas dizem respeito à exterioridade linguística, são responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e podem ser agrupadas em condições de produção estritas (as circunstâncias de enunciação) e condições de produção amplas (contexto sócio-histórico-ideológico), segundo Orlandi (1999).

Para Pêcheux ([1969] 2014, p. 78 – destaque do autor), só podemos compreender o funcionamento discursivo em referência “ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos ‘condições de produção’ do discurso”. Ao conceituar o discurso como “efeito de sentido entre os pontos A e B”, referidos aos lugares determinados numa formação social, Pêcheux estabelece o discurso como processo no qual a língua, a história e a ideologia se articulam. Assim, as marcas da historicidade se imprimem à superfície linguística e demonstram as posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos que enunciam, em uma situação de enunciação particular, remetidos à conjuntura histórica e a relações sociais que dizem respeito à disputa ideológica no cenário da luta de classes.

Fazem parte das condições de produção, no que tange aos sujeitos e à situação, as formações imaginárias, de modo que a inscrição do sujeito no discurso não é um mero decalque de seu lugar social, pois depende de processos de identificação do sujeito aos sentidos fornecidos pelas formações discursivas, e estes podem ser contraditórios com os lugares que cada um ocupa na cadeia produtiva.

No cotejo com nosso material de análise, consideramos que a colocação dos protagonistas do discurso se encontra articulada a dois elementos pertencentes à situação discursiva mais ampla. O primeiro deles deriva da conjuntura sócio-histórica marcada pelo avanço dos movimentos

transfeministas e da luta pela diversidade no interior do pensamento feminista. Abordar o movimento transfeminista ou feminismo trans é essencial, portanto, para o entendimento das condições de produção da #transparentalidade, pois permite obter uma compreensão dos sujeitos e da situação em que essa *hashtag* se formula e passa a circular.

Segundo Garcia (2011), o termo “feminismo” surge no contexto da luta das mulheres por direitos, equidade, oportunidade e reconhecimento. Ele foi utilizado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1911 e contribui para o surgimento de outros movimentos políticos com demandas específicas, como o transfeminismo ou feminismo trans. Para Alves (2012, p. 1), o transfeminismo se beneficiou dos primeiros movimentos feministas e seus conceitos, com os quais estabeleceu permanente tensão, especialmente no combate à essencialização e biologização do corpo feminino. “Argumenta-se que tenha surgido no meio da segunda onda feminista, em forma de crítica e de reformulação do feminismo da época para a inclusão de pessoas trans dentro da agenda feminista”.

Jesus (2015) explicita que o transfeminismo se tornou uma categoria do movimento feminista; ele surgiu como uma resposta à necessidade de olhar para às falhas do feminismo de base biológica, que insistia em não identificar o gênero como uma categoria diferente da de sexo, o que resulta no não questionamento das raízes do modelo heterossexual e binário, assentado em papéis masculinos e femininos atribuídos a partir do corpo biológico. De caráter legal-biologizante, o feminismo de base biológica tem servido de fundamento para “negar o estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’ às mulheres trans, da masculinidade aos homens trans, diferenciando estas e estes dos popularmente denominados como mulheres e homens ‘de verdade’” (JESUS, 2015, p. 27).

Infelizmente, o sujeito transgênero está à margem de processos sociais, excluído por falas e

ações de ordens sexistas, notadamente cissexistas, que diminuem as pessoas trans, e transfóbicos, que muitas vezes partem para agressão física e/ou verbal.

Feministas lésbicas, negras, latinas e transexuais implodiram certezas identitárias que marcavam o feminismo norte-americano até então centrado na categoria mulher, com seus marcadores da diferença invisíveis, pois hegemônicos: brancas, heterossexuais, de classe média, ocidentais (e daí lê-se norte-americanas e europeias). (CARVALHO, 2015, p. 90)

Um outro movimento também foi responsável por disseminar a transfobia: o feminismo radical ou “*radical feminism*”. De acordo com Alves (2012), foi na década de 70 a 80 que surge esse movimento anti-trans, o qual fora impulsionado pelo livro *The Transsexual Empire*, de Janice Raymond, no qual vários tipos de ataques transfóbicos são reproduzidos. Na atualidade, esse feminismo radical (re)produz muitos ataques transfóbicos e é combatido pelo transfeminismo. Bagagli (2019) afirma, com relação ao transfeminismo, que o debate a respeito da diferença entre sexo e gênero torna-se mais complexo pelo fato de o feminismo radical ter enfatizado o essencialismo biológico.

Retomando nossa reflexão sobre as condições amplas de produção, há um segundo elemento que se constitui como fundamental ao surgimento da #transparentalidade: a tecnologia e os modos de escrita e inscrição de gestos políticos de autoria que ela possibilita.

Segundo Bocchi (2017b), o funcionamento discursivo das redes de sociabilidade deve ser problematizado enquanto dispositivo de enunciação centrado na produção do eu; nele imperam a aspiração para conectar e a evidência do tudo dizer ou mostrar. Trata-se de uma prática de linguagem implicada a um dispositivo cuja memória discursiva se encontra articulada à memória metálica (ORLANDI, 1999), e que produz, sustentada na língua de vento, “novos tipos de performativo

interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (PÊCHEUX, 2011, p. 74), conforme trabalhamos no próximo tópico.

A escrita no/pelo digital: o funcionamento da #transparentalidade

Consideramos que #transparentalidade materializa na língua processos de significação condizentes com um *movimento social* que emerge em determinadas condições e que visa a certos objetivos, relativos a grupos específicos. À diferença dos movimentos da sociedade, os movimentos sociais são formulados tendo em vista necessidades de um grupo e geralmente funcionam sob um regime discursivo de universalidade, segundo Orlandi (2012).

Por meio de uma escrita constituída como tecnologia dos processos de constituição do sujeito no/pelo digital, a #transparentalidade dá a ver novos modos de existência dos sujeitos na relação com os papéis sociais parentais. Nas redes sociais, esses sujeitos constituem-se ao praticar uma escrita engajada em um movimento social com demandas de visibilidade, reconhecimento e reivindicações de direitos. Em seu modo específico de praticá-la, essa escrita constitui práticas sociais, ou seja, estabelece uma forma de relação social em que os aplicativos e redes digitais, em especial o Instagram, se estabelecem como artefatos tecnológicos com efeitos sobre os processos de significação do corpo.

Desse modo, a tecnologia digital é fundamental, segundo Russi (2021, p. 69), pois permite que os movimentos sociais ganhem força ao colocarem em circulação no “ciberespaço” sentidos que divergem de significações já postas. Para a autora, “com os adventos tecnológicos e o avanço da internet, temos a criação de espaços de interação virtuais mediados pela máquina e que permitem uma dissipação mais rápida e democrática dos dizeres e saberes”. Embora seja necessário problematizar a

ideia de democratização, questionando seu alcance e abrangência, concordamos que há uma menor dependência de veículos oficiais de informação. Entretanto, a democratização da informação no digital constitui uma evidência a qual o analista de discurso deve estar atento.

Segundo Silveira (2015), essas circulações das *hashtags* mantêm uma relação direta com a divisão social da leitura de arquivo, pois permitem verificar várias maneiras de ler, escrever e fazer circular conteúdos publicados na internet. Suas considerações são importantes pois permitem pensar na suposta democratização da informação tendo em vista uma sociedade dividida por relações de classe e gênero antagônicas e desiguais. A autora defende uma interpretação da *hashtag* como instrumento da prática política e social; as *hashtags* oferecem um vislumbre de assuntos importantes e podem ser utilizadas em diferentes ambientes digitais. Considerada uma tecnologia de escrita, a *hashtag* articula-se às noções de texto, textualidade e autoria, constitutivas do eixo da formulação dos sentidos.

Embora tenha sido inicialmente emprestada do IRC – *Internet Relay Chat*, o uso da *hashtag* pelos usuários do Twitter afetou o modo de circulação dos discursos, que passa a não serem mais vinculados a grupos restritos de “seguidos” e “seguidores”. Para Silveira (2015, p. 68), o uso da *hashtag* instaura “uma relação bastante singular entre os sujeitos, a língua natural, a linguagem técnica e as práticas sociais”. Sua disseminação extrapola o Twitter e mesmo os ambientes digitais, embora haja espaços em que ela se configure como “não clicável”. O que nos interessa, nessa discussão, é compreender como a *hashtag*, em seu deslizamento do Twitter para o Instagram, pode estabelecer uma relação interdiscursiva entre formulações e proposições tendo em vista sua circulação digital. Desse modo, ela indica “a existência de uma estrutura que

relaciona de modo complexo arquivo e memória discursiva”, consoante Silveira (2015, p. 69).

Para Paveau (2013), a *hashtag* é um elemento que possibilita o encontro da língua com a técnica. Em suas considerações sobre o funcionamento discursivo do Twitter, ela argumenta que um tuite é composto de formas linguageiras e tecnolinguageiras. Uma palavra é uma forma linguageira, posto que linear e não clicável, enquanto um *link* ou uma *hashtag* são formas tecnolinguageiras, uma vez que deslinearizantes. Segundo ela, as *hashtags* são tecnopalavras clicáveis que permitem a organização da informação através da reunião de várias mensagens; ela “extrapola o uso individual e estabelece uma relação singular do sujeito com a língua e com os discursos” (SILVEIRA, 2015, p. 70). Enquanto traços digitais, as *hashtags* tornam nossos discursos investigáveis, segundo Paveau, e isso deve transformar os procedimentos da análise do discurso.

Segundo Russi (2021), as *hashtags* servem como ponto de ancoragem sobre qualquer assunto a ser abordado nas redes sociais. Assim, ao clicar na *hashtag* #transparentalidade o usuário encontrará uma seleção dos conteúdos que foram com ela marcados. Ao estabelecer relações interdiscursivas, as *hashtags* implicam movimentos de identificação e contra identificação de sujeitos com os sentidos constitutivos das formações discursivas; “ao mobilizar formulações utilizando a *hashtag*, o sujeito inscreve uma posição-sujeito, coloca-se na origem dos dizeres que enuncia” (RUSSI, 2021, p. 37). Há, portanto, no gesto de marcar uma postagem com a *hashtag*, a inscrição de uma função-autor, nos termos de Orlandi, e a assunção de uma autoria cujo funcionamento mantém com o processo de interpelação do sujeito no discurso uma relação fundamental.

Na perspectiva discursiva, o autor é aquele que assume a *função* social de organizar e assinar

uma determinada produção escrita. No caso das postagens reunidas pela #transparentalidade e que constituem nossos recortes analíticos, a inscrição da autoria atribui unidade, coerência e responsabilidade; ela implica um gesto de interpretação que estabelece o modo pelo qual o corpo, as relações parentais e a família se significam em relações de antagonismo com os sentidos vigentes no discurso social. A autoria, podemos dizer, é a marca da singularidade, de sentidos que se significam pela reformulação de dizeres, sentidos em trânsito, determinados pelas condições de produção, projetando deslizamentos significantes acerca da família, na atualização de uma memória.

A função-autor tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito, que inscreve sua posição face à heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante, que aí ganha seu movimento e sua unidade. Nos recortes em cena neste artigo, a autoria se encontra relacionada à possibilidade de deriva, de deslizamento, de ruptura. Só existe autor porque o sujeito se coloca em uma posição de autoria frente ao seu dizer e à sua sexualidade, assumindo uma posição (ideológica) na família e na vida. Assim, “assumir a autoria colocando-se na origem de seu dizer é fazer do dizer algo imaginariamente ‘seu’, com ‘começo, meio e fim’, que seja considerado original e relevante, que tenha clareza e unidade” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 93).

E é pela escrita *no* digital que o sujeito inscreve essa autoria, *escrita de si* que mobiliza também seu corpo, digitalizando-o em imagens de corpos e famílias, tecendo-o como *corpo político* em imagens e palavras, cliques e curtidas. Em seu endereçamento, a postagem constitui um modo de subjetivação pelo digital, segundo Dias (2018, p. 158), cuja eficácia tecnológica está em sua circulação: “uma postagem tem que circular”. A autoria se dá, então, também pelos modos de circulação dessas postagens, em efeitos de sentido que, embora escapem à vontade

do sujeito, indiciam posições (ideológicas) outras, distintos modos de ser e praticar a parentalidade.

Novas parentalidades

Não nascemos pais, tornamo-nos pais... A parentalidade se fabrica com ingredientes complexos. Alguns deles são coletivos, mudam com o tempo; outros são históricos, jurídicos, sociais e culturais. Outros são mais íntimos, privados, conscientes ou inconscientes, pertencem a cada um dos dois pais enquanto pessoas e enquanto futuros pais, ao casal, à própria história de cada um. (MORO, 2005, p. 1)

Segundo Iaconelli (2020), o termo “parentalidade” teria surgido em 1958, quando a psicanalista húngara Therese Benedek explicita, em uma palestra na Associação Psicanalítica American, em Nova York, a existência de uma fase de desenvolvimento libidinal ligada ao tornar-se pai ou mãe. Embora a parentalidade não possa ser suposta nos termos defendidos por Benedek, o conceito passa a circular matizado por sentidos divergentes. Iaconelli explica duas imprecisões acerca dele: na primeira, associa-se a parentalidade à instrumentalização da paternidade e da maternidade, ao modo do discurso universitário, o que reduz o saber-fazer parental a um conhecimento sem restos ou arestas, que pode ser “aplicado” por não importa quem. A segunda confusão consiste em supor, segundo a psicanalista, que a parentalidade diz respeito à relação mãe-bebê, hipervalorizada desde o séc. XVIII.

Na contemporaneidade, outras configurações familiares produzem deslocamentos nas formas de compreender a parentalidade; “o discurso psicanalítico reconhece nas formas do sofrimento humano as expressões possíveis de uma subjetividade única e da época na qual está inserida” (IACONELLI, 2020, p. 15). Até muito recentemente priorizava-se o laço mãe-bebê. Entretanto, mães e pais adotantes, cuidadores sem

parentesco, famílias com configurações de gênero discordantes das normas da cisgeneridade e da heterossexualidade passam a vigorar na clínica e demandam do psicanalista novos olhares e recursos teóricos na direção do tratamento. Para Iaconelli (2020), a leitura equivocada do modelo estrutural edípico, abordado na chave imaginária pai-mãe-bebê, chancela a ideia de que a família burguesa garantiria a saúde mental da prole:

Se a psicanálise foi usada como munição para um modelo claramente ideológico de parentalidade, isso se deve a uma combinação complexa de condições oferecidas pelo capitalismo, pela necessidade de reproduzir normas sociais hegemônicas, mas também pela ferida narcísica que o romance familiar busca tamponar na forma do mito parental. (IACONELLI, 2020, p. 12)

Mas a parentalidade vai muito além da mãe, explica Iaconelli. Ela diz respeito à compreensão dos laços que uma geração estabelece para reproduzir corpos e, sobretudo, fazer desses corpos sujeitos; ela diz respeito à transmissão de valores da cultura, dos lugares sociais, da transgeracionalidade na relação com as famílias que não se reduz à interpretação biológica na qual os termos “maternidade” e “paternidade” costumam se fiar. Cabe, portanto, discutir a que se refere a psicanálise ao adotar os termos “função materna” e “função paterna” para se referir ao lugar de cada um nos cuidados com as crianças, quando o que está em jogo é a estruturação psíquica e a constituição de sujeitos.

Segundo Dunker (2020), os processos de tornar-se pai ou mãe divergem no tempo, na palavra e no corpo, pois cada um irá recriar e conceber a sua parentalidade a partir da mitologia de sua família, das narrativas da cultura e de constelações específicas que presidem à chegada do bebê. Ele define a parentalidade como “sistema de transmissão, herança e reconhecimento de uma criança como pertencente a uma família e,

consequentemente, ao sistema das famílias, sejam elas homoparentais, heteroparentais, tentaculares, monoparentais e assim por diante” (DUNKER, 2020, p. 46). Assim, o termo “parentalidade” é usado cada vez mais na contemporaneidade para se referir aos cuidados e interações entre pais e filhos, nas famílias. Assim, é possível afirmar que o processo de se tornar mãe e pai vai muito além da função biológica, pois é constituído pela vivência sociocultural e subjetividade de cada um.

Função materna e função paterna

Sustentada no ensino de Jacques Lacan, a psicanálise se fia dos conceitos de “função materna” e “função paterna” para pensar as posições parentais que não se reduzem às figuras tradicionais da mãe e do pai. Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020b) consideram que a função materna situa um adulto em uma relação privilegiada com o bebê, uma relação que vai transmitir a linguagem e possibilitar sua constituição subjetiva, sua estruturação psíquica enquanto sujeito, na medida em que essa relação estabelece para a criança o Outro.

Há uma dimensão de trocas libidinais importantes nesse corpo a corpo; trocas que se costumam ao campo simbólico à medida que o agente da função materna toma as manifestações do bebê como apelos aos quais deve satisfazer. Um grito, por exemplo, que emerge como expressão de uma tensão interna, é interpretado como uma demanda dirigida ao Outro. A constituição do sujeito envolve essa transposição do organismo para o universo da linguagem, articulação que faz dele um corpo com o qual é possível gozar. (GARRAFA, 2020, p. 54)

Garrafa destaca que a noção de função materna permitiu a separação entre a figura da mãe e a função que lhe seria correspondente; a entrada na parentalidade não se dá em decorrência da gestação e do parto, mas de um ato³ de alguém, seja mulher

3 Para Garrafa (2020, p. 58), a entrada na posição parental exige um ato que se assemelha ao ato analítico, no sentido de que ele demarca um começo e estabelece um “antes” e

ou homem, que assume o lugar de agente dessa função. O ponto de partida para a parentalidade implica, portanto, o paradigma da adoção.

De acordo com Faria (2020), para a psicanálise a função materna está inteiramente relacionada com os primeiros cuidados com uma criança e, também, com os efeitos e consequências psíquicas que esse sujeito irá carregar. O ser humano é completamente dependente ao nascer, e os caminhos que levam à satisfação de suas necessidades passam, inquestionavelmente, pela linguagem. A linguagem vai colocar a mãe como aquela que interpreta o choro vindo da criança, dando-lhe nome e o sentido de uma demanda. “A linguagem insere tanto a mãe quanto a criança em um circuito interpretativo, sem o qual nenhuma necessidade poderia ser satisfeita. [...] a realidade do mundo existe a partir de sua apreensão pela linguagem” (FARIA, 2020, p. 26).

Assim, essa interpretação deixa marcas na apreensão que a criança terá sobre o que ela é e sobre a realidade na qual ela está inserida, de modo que a função materna também irá disponibilizar uma imagem de si e do mundo externo, e essa vinculação entre mãe e filho se confunde para a criança com a própria realidade:

A mãe não é simplesmente o outro que cuida, ela é o que Lacan chama Outro materno, esse grande Outro que, grafado com maiúscula, define o próprio campo da linguagem como tesouro de significantes (LACAN, [1960] 1998). É do lugar desse Outro que a criança recolhe as palavras – ou, em termos lacanianos, os significantes – a partir das quais o sentido da realidade é construído. [...] A função materna remete àquele que serve de suporte ao lugar do Outro para a criança, suporte do campo da linguagem, tesouro dos significantes, função de espelho, que devolve à criança uma imagem de si. (FARIA, 2020, p. 26)

Faria explica que qualquer um pode ocupar o lugar da função materna, e que essa função tem um “depois”; “ele se engendra a partir de uma lógica não racionalizável, que implica a antecipação de uma certeza, sem que se conte com apoio, reconhecimento ou garantia”. O ato de assumir uma posição parental exige lançar-se em uma reorganização existencial que tem a criança como ponto de ancoragem.

relação com o “desejo da mãe” como indicativo da “falta no Outro”. Essa falta dá a dimensão de um limite da linguagem; “Ela é a indicação, para a criança, de um limite do que a criança é para o Outro materno. É a marca de uma falta no Outro, uma falta apreensível, pela criança, nesse lugar Outro que a mãe ocupa. Que haja ‘desejo da mãe’, significa que a criança não é o único e exclusivo objeto de satisfação materna” (FARIA, 2020, p. 27).

Já a função paterna, segundo Faria (2020), vem como um terceiro na relação criança e mãe; ela representa um limite do desejo da mãe em relação à criança. Sendo assim, o pai não interdita a criança, ele irá atuar como um terceiro, intervindo na suposta relação simbiótica da criança com a mãe.

Para Dunker (2020, p. 44), “uma família é um sistema de trocas e interpenetrações, de alianças e de obrigações, de circulação e transmissão de bens simbólicos e materiais”. Entretanto, para cada um dos pais há no mundo outras coisas e outros desejos. O autor explica que “todos os termos que a cada vez são mobilizados para se incluir nessa função terceira são os chamados ‘representantes da função paterna’, independentemente de gênero. Por isso a função paterna pode ser exercida por aquela que biologicamente é chamada de mãe.”

A respeito da posição na família, nomear-se mãe ou pai de alguém tem a propriedade de alterar a composição familiar e inaugurar novas relações de parentesco. Diferentemente dos casos em que a função materna é feita por alguém que não tenha esse tipo de ascendência sobre a criança, a exemplo dos educadores de serviços de acolhimento e das famílias acolhedoras, a parentalidade implica inserir a criança em uma cadeia familiar e nela ocupar um lugar de “dobradixa” entre gerações, ponto articulador do que será ou não transmitido junto a um sobrenome. (GARRAFA, 2020, p. 51)

Assim, a função materna não está necessariamente ligada ao domínio da mãe, nem a função paterna está restrita ao domínio do pai. Assumir as nomenclaturas (ser mãe ou ser pai) e

exercer a função materna e paterna são processos diferentes que podem ser vivenciados por pessoas diferentes.

Família transdicional brasileira: sentidos de um acontecimento

Segundo Debieux Rosa (2020), no campo da psicanálise, o termo “família” surge em Freud no texto *O romance familiar do neurótico*, de 1909, onde ele aborda o drama edípiano que compreende o dilema humano derivado da relação entre lei e desejo. Nesse drama, as figuras do pai e da mãe, coladas aos atores sociais que cumprem essa função, têm lugar de destaque em determinadas versões do Édipo gestadas em plena modernidade.

Lacan, por sua vez, escreve uma definição para o verbete família na qual propõe que “a família teria a função biológica de garantir a sobrevivência dos mais jovens, mas que sua função essencial seria a de transmissão da cultura” (DEBIEUX ROSA, 2020, p. 26). Em *Dois notas sobre a criança* (LACAN, [1983] 1986), ele estabelece uma condição para a transmissão dos significantes fundamentais, a de que ela se efetive a partir de um interesse particularizado em relação à criança, e estabelece um resultado, o de que se efetive a transmissão de um nome: “a irredutibilidade de uma transmissão - que é de uma outra ordem que não a da vida segundo a satisfação das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo”, afirma Lacan neste texto.

Debieux Rosa (2020) explica que a transmissão que se opera a partir da parentalidade é fundamental, pois articulada ao desejo e ao lugar que o filho ocupa para os pais (ela diz da inscrição da criança no discurso e no desejo do Outro), embora imbuída dos ideais constitutivos do imaginário social. O risco de um desejo anônimo se verifica na prevalência do significante “criança” em detrimento

do significante “filho”, e com a pretensão da Ciência de ordenar os discursos e aparecer como um dos Nomes do Pai, isto é, modelar crianças por meio de efeitos de verdade. Para a autora, os discursos que se projetam nesse lugar são carregados de expectativas sociais do imaginário sobre a criança, desde seu desenvolvimento, comportamento e/ou adequação; sua intervenção na família, quer sejam discursos científicos, jurídicos ou pedagógicos, e sua tentativa de substituir o pai produzem filiações nem sempre simbólicas. Assim, se por um lado tais discursos permitem a organização social, por outro lado, eles não são jamais suficientes para a inscrição da criança como filho. Além disso, não contribuem com a inscrição dos pais na posição de tomarem o seu filho como objeto amoroso.

Além disso, a desvalorização com que determinados discursos parentais são significados socialmente produz consequências importantes e leva a compreender o lugar da política no discurso da parentalidade. Isso acontece particularmente, segundo Debieux Rosa (2020), com agrupamentos familiares que não têm respaldo social para garantir a gratificação narcísica necessária para favorecer as identificações ao grupo e que têm o seu lugar fálico na cultura ameaçado. Ao terem seus enunciados desautorizados pelos discursos oficiais, tais famílias têm, também, suas raízes culturais desqualificadas e carências materiais ressaltadas, operando efeitos de segregação.

Rótulos como “mães solteiras”, “filhos abandonados” e “famílias desestruturadas” se produzem a partir de um suposto fracasso na realização do ideal da família nuclear burguesa, com efeitos na transmissão cultural parental. Debieux Rosa (2020, p. 29) destaca o apagamento do discurso pais-filhos, que é substituído pelo discurso da criança, “uma criança que não lhe diz respeito, que não é seu ‘filho’ e que escapa à condição desejante, que incluiria o Outro e o implicaria no efeito subjetivo”. A desqualificação e suspeição dessas

famílias interceptam a transmissão e fazem valer sobre seus filhos o discurso da criança generalizada, em uma lógica que visa à manutenção da tradição e dos lugares sociais, os quais reproduzem relações de poder e de patrimônio.

Nesse cenário de embates, a discursividade da #transparentalidade inscreve uma posição-sujeito que reivindica e valoriza a legitimidade de novos arranjos familiares e parentais, conforme se observa nos recortes dispostos em nosso *corpus* analítico:



Figuras 1 e 2: Primeiro recorte contendo *print* de tela de uma publicação no Instagram. Embora o perfil seja público, optamos por “borrar” os rostos das pessoas que estão na foto em respeito a suas identidades.

As imagens anteriores foram selecionadas a partir da busca da #transparentalidade no Instagram e apresenta uma mãe-mulher trans, um pai-homem trans e o filho do casal. Na legenda lemos: “Homem, mulher e filho, família *transdiconal* brasileira”, numa paráfrase que interroga os sentidos de família ao trazer em sua formulação um deslocamento do “tradicional” para o “transdiconal”, em que subjaz uma reflexão a respeito do que seria a “família tradicional brasileira”. Há, no enunciado “família tradicional brasileira”, uma filiação de memória

acerca do que é considerado uma família a partir de sentidos pautados pela heteronormatividade e pela cisgeneridade, sentidos que interpelam os sujeitos sociais e estabilizam significações, constituindo um imaginário social que só entende família em uma composição entre homem heterossexual e uma mulher heterossexual. A partir desse ponto de vista, as famílias que não se encaixam nessa composição não serão consideradas famílias de “verdade”.

A materialidade da postagem, tecida em imagem e palavras, constituída pela tecnologia que possibilita sua formulação e circulação, mostra que a reprodução dos corpos não conduz, necessariamente, à parentalidade. Há uma prevalência das posições parentais situadas em relação ao gênero assumido após a transição e não com as determinações biológicas, que conforme vemos não asseguram a identificação do sujeito a um gênero determinado. Os casos de transição podem, segundo Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020a, p. 14), “desembaralhar efeitos imaginários provenientes das consistências que as interpretações da imagem do corpo podem produzir”. Segundo elas,

Nos casos, por exemplo, em que uma pessoa nascida com útero se identifica como homem ou outro gênero que não mulher, a tendência é que os significantes pai/mãe possam ser intercambiáveis ou fixados no sexo designado na transição. Nesse caso, os gêneros homem/mulher seriam determinantes da escolha pelos termos pai/mãe tanto quanto a procriação biológica. (TEPERMAN; GARRAFA; IACONELLI, 2020a, p. 14)

As autoras destacam, ainda, que sujeitos não binários e intersexo podem optar pelo neologismo “mapa”, uma associação entre mãe e pai, marca do político da parentalidade na língua. Associação e deslocamento, “mapa” nos mostra que a deriva ideológica advém de um processo metafórico em que o sentido passa a se produzir no interior do não-sentido: é naquilo que se transfere de uma palavra a outra, nos deslocamentos e transgressões

de um sentido que se metaforiza, que o político se coloca em toda sua força. Em outras palavras, estabelecer a “interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, ‘uma palavra por outra’ é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso [...]” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 166).

O mesmo acontece com “família *transdiciona* brasileira”: a paráfrase coloca em cena sentidos que equivocam em relação à suposta naturalidade das relações parentais e à imaginária homogeneidade dos corpos (e da língua), sendo que a irrupção do equívoco afeta o real da história. Segundo Gadet e Pêcheux (2010, p. 64), isso “se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua”, que se manifesta pela emergência da partícula *trans* e dá a ver uma língua viva, cálida e poética. Diferentemente da rigidez da língua de madeira⁴, que é aquela que enquadra o sujeito em um funcionamento autoritário, a *língua da militância trans* é uma língua política, língua que empresta sua plasticidade da língua de vento sem, contudo, perder-se na volatilização do mercado. Uma língua de falhas, na qual equivococar sentidos é constituir subjetividades ancoradas na alteridade e na diferença⁵.

Paternidade trans: corpo, direito, parentalidade

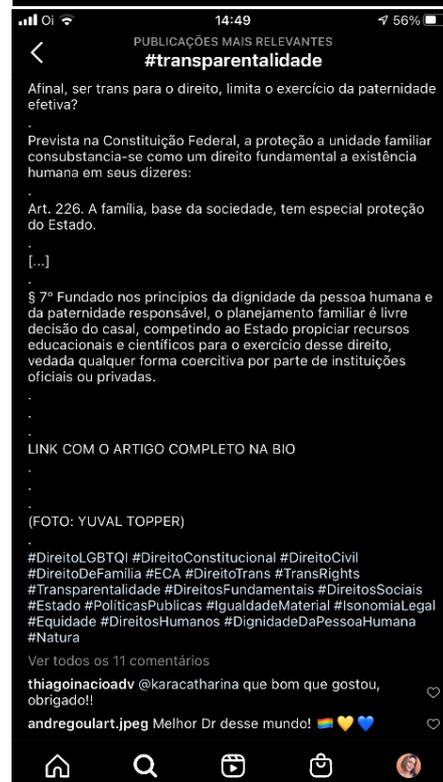
O funcionamento da língua do direito, que conforme dissemos pode ser compreendida como uma língua de madeira, é mobilizado no próximo recorte, no qual o sujeito, em seu

4 Segundo o que nos ensina Pêcheux (2009), a língua de madeira é a língua do direito e da gramática. Ela representaria o universal inquestionável de um sentido ao qual o “bom sujeito” deve se identificar; a língua do direito seria uma maneira política de negar a política.

5 O leitor encontra uma interessante e polêmica discussão sobre a língua de madeira e a língua de vento na relação com os discursos transgêneros em “Línguas de madeira e vento trans?”. Disponível em: <https://transfeminismo.com/linguas-de-madeira-e-vento-trans/> Acesso em 05 out. 2021.

gesto de interpretação, produz como efeito um questionamento dos mecanismos de funcionamento do direito que tentam subtrair a ambiguidade e eliminar a possibilidade da contradição. Referindo-se ao boicote à campanha de dia dos pais encenada pela empresa de cosméticos Natura, a qual teria suscitado “um debate acerca da legitimidade da paternidade de pessoas trans”, a legenda da postagem apresenta uma pergunta: “Afim, ser trans para o direito, limita o exercício da paternidade efetiva?” Na sequência, os dizeres presentes na legenda afirmam que a proteção à unidade como direito fundamental da pessoa humana está prevista na Constituição Federal, e cita o inciso 7 do artigo 226, que se refere à dignidade da pessoa humana e à paternidade responsável.

Chama nossa atenção a opacidade da formulação “ser trans para o direito”, a qual nos mostra que a língua funciona pelo atravessamento necessário da historicidade e da memória. No campo jurídico, verifica-se que a decisão do Estado de considerar uma pessoa como mulher ou homem precisa ser legitimada por meio de laudos médicos e critérios diagnósticos padronizados pela ciência médica, conforme Coacci (2018, p. 22). Isso indica que as pessoas trans precisam de uma chancela da ciência (biologismo) sobre seu gênero para acessar grande parte dos direitos e das políticas públicas estatais. Assim, a ciência influencia o Estado em seus processos de formação de políticas públicas; é ela que define se uma pessoa é mulher “de verdade” ou não, se é um homem “de verdade” ou não. Segundo Bagagli (2014, online), em se tratando de sentidos sobre “travestis” e “transexuais”, a língua médica/psi é a língua de madeira, autoritária, que investe em uma relação transparente entre o mundo (os sujeitos) e a linguagem; ela estabelece o sentido da transexualidade “por meio da nosologia psiquiátrica (presentes nos manuais como CID e DSM), na qual o (trans)gênero é patologizado”.



Figuras 3 e 4: Segundo recorte, contendo um *print* de tela de postagem selecionada no Instagram, marcada com a #transparentalidade.

Entretanto, embora a postagem mobilize recortes do artigo 226 da Constituição Federal, inscrevendo uma posição-sujeito coerente com a formação discursiva jurídica, do direito (é importante mencionar que aquele que produz a postagem, responsabilizando-se por ela enquanto seu autor, escreve/assina seu “nome” com o sufixo adv, abreviação de advogado), o sintagma nominal “Paternidade Trans”, que integra a postagem juntamente com uma fotografia de um homem trans grávido, explicita a contradição constitutiva dessas relações materiais de sentido. No modo como é formulado, esse corpo rompe com as expectativas do leitor ao oferecer uma imagem que não condiz com os sentidos comumente reconhecidos para um corpo grávido, na relação com a formação discursiva que consente apenas no corpo materno como capaz de engravidar.

Para a Análise do Discurso, o corpo é considerado um objeto de análise que vai além da ordem estritamente biológica, conforme Azevedo (2013; 2012): ele é uma materialidade significativa, um efeito de linguagem, uma vez que submetido à ordem simbólica, na qual se constitui pela língua na história. Segundo Bressan (2020, p. 55), o corpo torna-se “corpodiscurso, na medida em que passa pelo processo de discursivização”. Sendo assim, ele entra em cena nos estudos discursivos como objeto de investigação, de acordo com Leandro-Ferreira (2013, p. 78), e deve ser compreendido a partir de sua historicidade, na relação com o ideológico e o político, consoante à formação social em que se encontra. Em consequência, o corpo não pode ser destacado das condições de produção do discurso.

Ao examinarmos o modo como esse corpo constitui a materialidade significativa da postagem, na imbricação com dizeres filiados ao campo do direito, temos a inscrição em uma posição discursiva que não se identifica completamente com os sentidos da formação discursiva médico-jurídica (visto que tais sentidos se articulam em relações

de subordinação e aliança à formação discursiva médico-científica, conforme tentamos indicar), mas que se inscreve em regiões do interdiscurso, contra identificando-se a esses sentidos, em processos que marcam práticas de resistência à significações logicamente estabilizadas. Compreende-se, então, que a postagem constitui, no encontro entre memória e atualidade, um acontecimento discursivo, posto que rompe com sentidos estabilizados para o corpo capaz de dar à luz uma criança.

Segundo Campos (2020, p. 17), o acontecimento discursivo provoca a memória, ocasionando uma mudança em ordens anteriores. “Na injunção memória e acontecimento, a noção de deslocamento se faz presente na possibilidade de construção de uma nova série, de absorção de algo novo, na reorganização dos sentidos, nas trocas de trajeto”. De acordo com a autora, “o acontecimento discursivo faz trabalhar a memória do dizer, a estrutura, o repetível, provocando um reordenamento no que pode ser dito: o que antes era da ordem do não-dito, do impensável aparece, agora, como o que pode/deve ser dito” (CAMPOS, 2020, p. 21).

Trata-se de um corpo atravessado de ambiguidades nas marcas que o constituem; se a barba e a ausência de seios fartos apontam para o gênero masculino, o ventre vultuoso indicia uma outra direção de sentidos. Essas marcas contraditórias estabelecem uma equivocidade cuja direção interpretativa é posta pelos dizeres que, inscritos nessa formulação verbo-visual, funcionam de modo a intervir na ambiguidade do corpo, contendo sentidos e interpretações possíveis. Trata-se, como vemos na formulação “Paternidade Trans”, de um corpo constituído na relação com o gênero masculino, nomeado a partir do lugar do pai. Os sentidos de paternidade se deslocam em processos metafóricos que nos mostram que não existe sentido literal, nem sentidos deriváveis. Observa-se, ainda, que também os sentidos de

família se modificam em função deste corpo paterno apto a gestar e parir, o que nos leva a refletir sobre os limites (de sentidos) (in)discerníveis entre a parentalidade e a perinatalidade, quando tais conceitos são definidos a partir do argumento estritamente biológico, ou seja, na relação com uma formação discursiva médico-jurídica biologista.

Considerações finais

Neste artigo, argumentamos que a #transparentalidade estabelece um acontecimento, uma vez que produz sentidos de diversidade e alteridade para a família, ao introduzir deslizamentos nos modos como a maternidade e a paternidade são significadas em nossa formação social. No trajeto percorrido, discorremos sobre a problemática da parentalidade no campo da psicanálise, tentando sustentar como, nesse campo, os conceitos de função materna e função paterna acolhem modelos parentais diversos e não excludentes, ressaltando a necessidade de uma escuta e direção de tratamento condizentes com as subjetividades de nossa época.

A partir de um *corpus* compostos por dois recortes extraídos do Instagram e marcados com a referida *hashtag*, examinamos como se constituem os sujeitos que se produzem como efeitos dos discursos da maternidade, da paternidade e da família, em condições de produção nas quais emergem corpos cujos processos de significação divergem de discursividades cis e heteronormativas. Consideramos, portanto, a importância de olhar e compreender novos arranjos familiares que estão presentes na atualidade, famílias com configurações de gênero ou orientação sexual fora do padrão cisnormativo/heterossexual, o que nos permitiu fazer uma crítica da constituição histórica da família nuclear burguesa.

As análises puderam mostrar *como* os corpos trans irrompem em sentidos de diversidade à suposta normalidade das relações parentais,

constituindo corpos políticos, cujos arranjos parentais reivindicam reconhecimento social e direitos enquanto família, em uma formação social na qual impera a discriminação e a transfobia: não é demais lembrar o número alarmante de assassinatos de pessoas transgênero e travestis no Brasil. Só no primeiro semestre de 2021, segundo relatório da Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais⁶, foram 80 pessoas mortas em situações de extrema violência. São corpos imbuídos em práticas de resistência, que se inscrevem nas redes sociais por meio de gestos autorais e de escrita no digital. Corpos insurgentes, que desafiam processos normalizantes dos gêneros e sexualidades ao situarem-se nas brechas dos rituais ideológicos, no deslizamento de “família tradicional brasileira” para “família *transdicion*al brasileira”: “uma palavra por outra é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 277).

Referências

ALVES, H. Introdução ao transfeminismo. *Transfeminismo*. 2012. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/2012/10/01/introducao-ao-transfeminismo>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

AZEVEDO, A. F. (org.) *Sujeito, corpo, sentidos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

AZEVEDO, A. F. *Cartografias do corpo: metáforas contemporâneas da sutura e da cicatriz*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2013.

BAGAGLI, P. B. *Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo*. Dissertação (Mestrado

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/07/80-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-no-1o-semester-deste-ano-aponta-associacao.ghml>. Acesso em 05 out. 2021.

- apresentado ao Instituto de Estudos da Linguagem) – Linguística, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2019.
- BOCCHI, A. F. A. Corpos contraditórios e o inapreensível do sexo, do gênero e da sexualidade. In: GARCIA, A. D; BIZIAK, S. J; SOUSA, A. M. L. Do cárcere à invenção: gêneros sexuais na contemporaneidade. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017a.
- BOCCHI, A. F. A. Efeitos de maternidade no post: movimentos de sentido entre estabilização e resistência. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 06, n. 02, p. 119-138, jul./dez. 2017.
- BRESSAN, Z. M. “Arquivo”. LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- CAMPOS, J.L. “Acontecimento”. Em LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- COACCI, T. Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2018.
- DEBIEUX-ROSA, M. Passa anel: famílias, transmissão e tradição. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- DIAS, C. Análise do Discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, Pontes, 2018.
- DUNKER, L. I. C. “Economia libidinal da parentalidade.” In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FARIA, M. R. “Função paterna e função materna.” In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GARRAFA, T. “Primeiros tempos da parentalidade”. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GARCIA, C. C. Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade, 2011.
- IACONELLI, V. Sobre as origens: muito além da mãe. In: TEPPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) *Parentalidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- JESUS, G, J. et al. *Transfeminismo: teorias e práticas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.
- LACAN, J. (1983) Duas notas sobre a criança. *Ornicar? Revue du Champ Freudien*, n. 37, abril-jun 1986, p. 13-14.
- LAGAZZI, S. A equivocidade na imbricação de diferentes materialidades significantes 2007. Disponível em: <<http://dlm.fflch.usp.br/sites/dlm.fflch.usp.br/files/Suzy%20Lagazzi.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. *Rua*, Campinas, v. 2, n. 16, p. 01-12, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/16-2/10-16-2.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Glossário de termos do discurso – edição ampliada. 1. ed. Campinas, SP. Pontes Editores, 2020.
- MORO, M. R. Os ingredientes da parentalidade. *Rev. latinoam. psicopatol. Fundam.*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 258-273, June. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14157142005000200258&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas, SP. Pontes, 2015.

- ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Discurso em análise: sujeitos, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. Recortar ou segmentar? In: Linguística: Questões e Controvérsias. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 09-26.
- PAVEAU, M-A. “Hashtag“, Technologies discursives. 2013. [Carnet de recherche]. Disponível em: <<http://technodiscours.hypotheses.org/488>>. Acesso em: 28 maio 2014.
- PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos, n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.
- PÊCHEUX, M. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Unicamp, [1975] 2009.
- PÊCHEUX, M. Metáfora e Interdiscurso. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de: Suzzi Lagazzi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. Cap. 15. p. 251-273.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. A Língua Inatingível. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Tradução de Sérgio Augusto Freire de Souza. Campinas, SP: Pontes Editores, [1991] 2011. p. 93-105.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso - AAD-69. In: GADET, F; HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, [1969] 2014 p. 61- 162.
- RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; & NOGUEIRA, C. (2015). Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. Em JESUS, G, J. et al. Transfeminismo: teorias e práticas. 2 ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2015.
- RUSSI, Giovana Oliveira de. Movimento #metoo e a narrativa da violência inenarrável: movimentos digitais, luto, luta e testemunho. Orientadora: Aline Fernandes de Azevedo Bocchi. 2021. 106 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, Franca.
- SILVEIRA, Juliana da. Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no Twitter. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) Parentalidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.
- TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (orgs.) Gênero. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

Submissão: outubro de 2021

Aceite: novembro de 2021